

Desenvolvimento Territorial e Economia Criativa: as dimensões de Espaço e Território nas concepções de Arranjo Criativo e Arranjo Produtivo Local

Valcir Bispo Santos¹

Resumo

Este artigo pretende fazer uma análise comparativa entre as dimensões de desenvolvimento territorial presentes nas concepções de Arranjo Produtivo Local, de um lado, e de Arranjo Criativo, de outro, que é um dos desdobramentos das políticas de fomento no âmbito da Economia Criativa. Parte-se da hipótese inicial que a concepção de arranjo (ou *cluster*) criativo contém uma dimensão espacial mais ampla que o de Arranjo Produtivo Local, pois este encontra-se restrito à noção de Território. E essa dimensão espacial mais ampla se deve ao conteúdo cultural que se encontra embutido no conceito de Economia Criativa, especialmente na noção de diversidade cultural, que é um dos eixos de criação de valor dos setores criativos. Toma-se como exemplo concreto o Complexo do Ver-o-Peso, considerada a maior feira livre da América Latina e um dos principais cartões postais de Belém, como um potencial arranjo criativo, que se singulariza como espaço de intensas trocas simbólicas na capital da Amazônia Paraense. Pretende-se demonstrar que a dimensão simbólica do Ver-o-Peso, articulado aos recursos de capital social ribeirinho que por lá circulam, permite ao potencial arranjo criativo existente no antigo mercado e feira livre de Belém conter uma dimensão espacial que vai além da dimensão geográfica que caracteriza a noção de Território.

Abstract

This article intends to make a comparative analysis between the dimensions of territorial development in conceptions of Local Productive Arrangement, on one hand, and Creative Cluster, on the other, which is one of the consequences of policies encouraging under the Creative Economy. The initial hypothesis designs that the creative cluster has a spatial dimension larger than the Local Productive Arrangement, because it goes beyond the notion of Territory. And this broader spatial dimension is due to cultural content that is implicit in the concept of Creative Economy, especially the notion of cultural diversity, which is one of the axes of value creation of creative industries. Take as a concrete example of Ver-o-Peso market, the largest free open market in Latin America, and a leading postcards in Belém, as a potential creative cluster, which stands like an area of intense symbolic exchanges in Belém. We intend to demonstrate that the symbolic dimension of Ver-o-Peso market, articulated the coastal resources of social capital that circulate there, allows the creative potential arrangement existing in the old market and street fair of Belém contain a spatial dimension that goes beyond the dimension geographic featuring the notion of territory.

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFPA (Universidade Federal do Pará); e-mail: valcirispo@ufpa.br

1. Introdução

A emergência de propostas e temáticas relativas à dimensão territorial do desenvolvimento vem adquirindo crescente relevância nas discussões sobre as estratégias de desenvolvimento endógeno no contexto da globalização. Observa-se que nestas últimas décadas, duas temáticas têm conseguido angariar relevância e projeção no campo das políticas territoriais: o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – APL's, de um lado; e a institucionalização de Territórios Criativos, também conhecido como Arranjos ou *Clusters* Criativos, de outro.

Este artigo pretende fazer um cotejo ou análise comparativa entre as dimensões espaciais e de desenvolvimento territorial presentes nas concepções de Arranjo Produtivo Local, de um lado, e de Arranjo (*cluster*) Criativo, de outro, que é um dos desdobramentos das políticas de fomento no âmbito da Economia Criativa. Parte-se da hipótese inicial que a concepção de Arranjo Criativo contém uma dimensão espacial mais ampla que a de Arranjo Produtivo Local, visto que este ainda se encontra preso à estrita noção de Território. E essa dimensão espacial mais ampla se deve ao conteúdo cultural que se encontra implícito no conceito de Economia Criativa, especialmente na noção de diversidade cultural, que é considerado um dos principais eixos de criação de valor dos setores criativos.

A discussão sobre Arranjos Produtivos Locais – APL's possui uma tradição teórica e acadêmica acumulada há mais tempo, apresentando, portanto, maior densidade teórica. Diferentemente do que ocorre no campo da Economia Criativa, cujo desenvolvimento teórico ainda é muito recente, e é objeto de um intenso debate. Por isso, o segundo item deste artigo procura destacar alguns aspectos do debate no âmbito da Economia Criativa, um termo relativamente recente, associado às mudanças tecnológicas impulsionadas pela criatividade e pelo conhecimento, mas que vem adquirindo um crescente interesse. Ademais, a Economia Criativa relaciona de forma inovadora os campos da Economia, da Cultura e da Tecnologia. Em seguida, apresentar-se-á uma breve síntese acerca do entendimento sobre os Arranjos Produtivos Locais – APL's.

No terceiro item, apresentar-se-á algumas distinções entre as noções de Espaço e Território e suas implicações no campo das políticas territoriais, tendo como paradigma as discussões no âmbito da chamada “economia de proximidades” e da economia

espacial. A partir daí, pode-se analisar como as noções de Espaço e Território são aplicadas nas concepções de Arranjo Produtivo Local e *Clusters* Criativos. Tal discussão servirá como um guia teórico para no quarto item analisar o caso concreto do Complexo do Ver-o-Peso enquanto um potencial Arranjo Criativo, visto que ainda não existem políticas públicas que o institucionalizem enquanto tal. O Ver-o-Peso é considerada a maior feira livre da América Latina e um dos principais cartões postais de Belém, mas também se singulariza como espaço de intensas trocas simbólicas na capital da Amazônia Paraense. Pretende-se demonstrar como o *cluster* criativo potencial existente no Ver-o-Peso contém uma dimensão espacial que vai além da dimensão geográfica contida na noção de Território. Neste sentido, avalia-se que ao funcionar enquanto catalisador de diversos bens e produtos oriundos de diversas regiões da Amazônia, sobretudo de comunidades e localidades ribeirinhas, o Ver-o-Peso consegue acionar recursos de capital social ribeirinho que articulam diversas redes de produtores e agentes econômicos.

No quinto item, apresenta-se uma Conclusão apontando as convergências e diferenças entre as políticas territoriais apoiadas no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, de um lado, e no fomento de *Clusters* Criativos, de outro.

2. Algumas considerações sobre a Economia Criativa e Arranjos Produtivos Locais

2.1. O debate no âmbito da Economia Criativa

O termo “economia criativa” é muito recente, no entanto, poucos termos encontram-se tão associados ao atual processo tecnológico e civilizatório, marcado por transformações impulsionadas pelo conhecimento e pela criatividade. Por ser um termo tão recente, o conceito de Economia Criativa encontra-se ainda em construção, sendo assim alvo de certa polêmica a sua definição.

O conceito de economia criativa origina-se do termo *creative industries* (“indústrias criativas”), por sua vez inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. Este projeto defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas (REIS, 2008). No entanto, o termo só adquiriu efetiva projeção internacional quando foi adotado enquanto programa de governo pelo gabinete de Tony Blair, então primeiro-

ministro da Grã-Bretanha, em 1997, tendo como premissa a concepção de que Indústria Criativa remete a “*indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual*”². Percebe-se que esse conceito de Indústria Criativa enfatiza o potencial de geração de riqueza com base na exploração intelectual, e esse recorte conceitual é compartilhado por vários autores anglo-saxões, como Throsby (2001) e Howkins (2001). Este último, por exemplo, considera que o divisor de águas da economia criativa seria o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual (apud REIS, 2008).

Devido a isso, outros autores, como Lala Deheinzelin (2006), preferem usar o termo “economia criativa” como forma de se contrapor ao termo “indústrias criativas” (*creative industries*) e a sua interpretação corrente entre autores anglo-saxões. Argumenta-se que a tradição da abordagem anglo-saxônica enfatiza demasiadamente a geração da Propriedade Intelectual (PI) e está mais focada na produção, não englobando outros aspectos chaves da atividade criativa, como distribuição e acesso. Esse novo tratamento do conceito de Economia Criativa, que visa incorporar atividades artesanais ou de saber comunitário que não eram explorados industrialmente, influenciou inclusive concepções de agências multilaterais, como a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), que absorveu influências de autores como Edna Duisenberg, que considera que a Economia Criativa se trata de “uma abordagem holística e multidisciplinar, lidando com a interface entre economia, cultura e tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado” (DUISENBERG apud REIS, 2008).

Seguindo esta abordagem, Ana Fonseca Reis considera que economia criativa compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor *simbólico e econômico*. A inclusão de alguns setores de tecnologia, como o de software, torna-se fundamental para sustentar a dinâmica de processos e modelos de negócios que se estabelece em parte dessa economia. Assim, iPods são considerados parte do mercado musical, aparelhos de TV como parte do mercado de audiovisual e livros do

² Disponível em: http://www.culture.gov.uk/about_us/creativeindustries/default.htm

editorial. Além de serem suportes de conteúdos culturais, possibilitam urdir novos modelos de produção e distribuição desses conteúdos (REIS, 2008).

Em que pese essas diferentes abordagens, Reis (2008) considera que o substrato da economia criativa encontra-se nas transformações geradas pela convergência entre novas tecnologias e globalização. No caso das tecnologias, coube o papel de promover o reencontro entre ciência e artes, além de ajudar a superar barreiras, como a dos mercados oligopolizados de bens e serviços criativos. Quanto à globalização, é atribuído o papel de expandir exponencialmente os mercados, gerando o reconhecimento da tensão entre os valores social e econômico da cultura, bem como acirrar a fome de alguns países em dominar a produção de conteúdos culturais em escala mundial. No entanto, podem-se destacar outros fatores sociais e econômicos que alimentam o crescente interesse na Economia Criativa e nos setores criativos, como: o desalento com os atuais paradigmas socioeconômicos em lidar com as discrepâncias distributivas; assim como forjar modelos sustentáveis de inclusão econômica e oferecer alternativas a problemas de violência urbana, ambientais e sociais; além de permitir que uma nova classe de agentes se integre ao circuito econômico, ainda que muitas vezes informalmente (idem, 2008).

A Secretaria de Economia Criativa (SEC), recém criada no âmbito do Ministério da Cultura (MinC) em 2011 no Governo Dilma Rousseff, ao lançar o plano “Brasil Criativo” (2011-2014), utiliza o termo “setores criativos” para denominar as atividades produtivas que têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. Partindo dessa definição, percebe-se que os setores criativos vão além dos setores que são reconhecidos como tipicamente culturais (tradicionalmente ligados à produção artístico-cultural, como a música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema), pois englobam outras expressões ou atividades relacionadas às novas mídias, à indústria de conteúdos, ao design, à arquitetura, entre outros (BRASIL, 2012).

A predominância da dimensão simbólica e o fato de não lidar apenas com produtos, mas com processos, faz com que a Economia Criativa seja considerada “a economia do intangível, do simbólico”. Por outro lado, se caracterizaria pela abundância e não pela escassez (segundo a interpretação econômica convencional, a Economia é considerada a “ciência da escassez”, sobretudo dos chamados fatores de produção).

Outra diferença em relação à economia convencional é que a cadeia produtiva proposta pela economia (baseada no tripé produção- distribuição-consumo) não incluiria etapas fundamentais e mais ligadas ao intangível, como a formação e a gestão de conhecimento (ou sistematização de informações e práticas). Por isso, Deheinzelin prefere trabalhar com o termo “cadeia integrada” da Economia Criativa, que englobaria todas as etapas do processo criativo: formação, criação, produção, distribuição, acesso, gestão de conhecimento e memória (DEHEINZELIN, 2006).

Uma leitura mais atenta do plano “Brasil Criativo” sugere que o Governo Federal, por meio do MinC, segue tal linha de abordagem, definindo a Economia Criativa a partir das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica. A concepção de “produtos criativos” não se restringiria a uma única área ou segmento criativo. A mescla de várias linguagens e áreas se tornou prática comum nessa nova economia, estimulada tanto em função das facilidades geradas pelas novas tecnologias, quanto pela capacidade criativa de se construir e interagir de modo multidisciplinar. Desfiles de moda, por exemplo, são realizados com espetáculos de música, e a inspiração para modelos e designs de moda podem provir de diferentes fontes. Por isso, abordar sobre economia criativa é falar sobre transversalidade, intersetorialidade e complexidade, ou seja, do que é “tecido conjuntamente” (BRASIL, 2012).

O espectro de atividades criativas é muito amplo, o que permitiu uma ampliação das atividades econômicas ligadas ao Ministério da Cultura, com a criação da Secretaria de Economia Criativa. Segundo o MinC, o escopo dos setores criativos seria o seguinte:

1. Patrimônio: sítios culturais (arqueológicos, museus, bibliotecas e galerias) e manifestações tradicionais (arte popular, artesanato, festivais e celebrações);
2. Artes: artes visuais (pintura, escultura e fotografia) e artes performáticas (teatro, música, circo e dança);
3. Mídias: publicações e mídias impressas (livros, jornais e revistas) e audiovisual (cinema, televisão e rádio);
4. Criações funcionais: design (interior, gráfico, moda, jóias e brinquedos), serviços criativos (arquitetura, publicidade, P&D Criativos, lazer e entretenimento) e novas mídias (softwares, jogos eletrônicos e conteúdos criativos digitais).

As informações e dados estatísticos acerca da Economia Criativa ainda são precários pelo fato do IBGE ainda não produzir levantamentos sobre as atividades e produtos dos setores criativos e também pela ausência de diretrizes por parte de órgãos públicos e institutos de pesquisas no sentido de uniformizar a classificação e enquadramento das atividades e mão-de-obra criativas. O MinC apresentou uma estimativa com base em estudos de diversos órgãos, como Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan, 2008) e Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2010), com dados cruzados e atualizados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE. No entanto, cumpre destacar que tais estimativas encontram-se abaixo da real dimensão dos setores criativos, por não incorporar os empreendimentos informais, que representam uma boa parte da produção e circulação doméstica de bens e serviços criativos nacionais.

Segundo tais estimativas, os setores criativos representariam 2,84% do PIB brasileiro em 2010, ou cerca de R\$ 104,37 bilhões, cuja dimensão é maior do que alguns setores tradicionais da economia brasileira, como a Indústria Extrativa (R\$ 78,7 bilhões) e a produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (R\$103,24 bilhões). O crescimento anual dos setores criativos nos últimos 5 anos (anteriores a 2010) foi de 6,13% ao ano, que foi superior ao crescimento médio anual do PIB brasileiro, que foi de 4,3%.

Outro dado importante é sobre a força de trabalho dos setores criativos. As ocupações formais no núcleo dos setores criativos corresponderam a 1,96% do total dos empregados formais no Brasil em 2010, ou 865.881 trabalhadores. Mas nos setores relacionados aos núcleos criativos (ou seja, que fazem parte das cadeias produtivas impulsionadas pelos setores criativos nucleares), estão empregados 8,54% do total de empregados formais no Brasil, ou 3.763.271 trabalhadores. Ou seja, o efeito multiplicador nas cadeias produtivas criativas é de 4 empregos gerados nos setores relacionados para cada emprego criado nos setores nucleares criativos. Deve-se observar que estes dados não captam os empregos gerados nos setores informais criativos, cujo peso é considerável dentro da Economia Criativa.

A Economia Criativa apresenta um grande potencial para promover maiores oportunidades de geração de trabalho e renda por estar associada à inclusão e responsabilidade social e também pela sua interface com o terceiro setor (ONGs,

sociedade civil organizada), o que oferece múltiplas oportunidades e alto grau de inovação. Os setores criativos possuem um largo espectro de formas de organização, pois envolvem desde empreendimentos ligados ao mercado informal, assim como pequenas e micro empresas até grandes corporações multinacionais. Assim como as organizações hierárquicas caracterizaram a economia industrial, a economia criativa se estrutura em forma de rede. Na estrutura em rede, cada participante se beneficia com a entrada de novos colaboradores, diferenciando-se do paradigma concorrencial ortodoxo. Exemplos de produções colaborativas pululam do campo musical aos softwares livres, promovendo uma forma mais democrática de produção, distribuição e acesso (REIS, 2008).

A visão da Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento tem como abordagem principal o reconhecimento da criatividade (portanto, do capital humano) para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos, o que a diferencia de outros modelos excludentes de desenvolvimento global pós-industrial. Nesses antigos paradigmas, a diversidade cultural e as culturas em geral eram vistas como obstáculos ao desenvolvimento, em vez de nutrientes de criatividade e de resolução dos entraves sociais e econômicos. Nesse sentido, a Economia Criativa também oferece grandes potencialidades no sentido de fomentar processos de desenvolvimento endógeno e territorial, pois favorece a diversidade cultural ao incluir o uso de conhecimentos e técnicas tradicionais numa perspectiva contemporânea, e esse é um aspecto fundamental para países em desenvolvimento, pois há enormes recursos culturais ainda pouco aproveitados. A diversidade cultural passa a ser percebida tanto como recurso social (ou seja, produtora da solidariedade entre os indivíduos, povos e países), como um ativo econômico, capaz de construir alternativas e soluções para novos empreendimentos e para novas formas de produção de riquezas (BRASIL, 2012).

A diversidade de culturas é vista como um grande impulsionador da criatividade. O intangível da criatividade gera valor adicional quando incorpora características culturais, inimitáveis por excelência. Do turismo cultural e/ou criativo (abrangendo patrimônio e festas típicas) ao audiovisual, criam-se sinergias entre o estilo de vida e o ambiente no qual ele floresce. A noção de criatividade é também associada à cultura pela sua unicidade, capaz de gerar produtos tangíveis com valores intangíveis (REIS, 2008).

2.2. Síntese sobre o entendimento acerca de Arranjos Produtivos Locais

O conceito de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais têm origem teórica na discussão oriunda da literatura neo-schumpeteriana sobre sistemas de inovação, que lança e desenvolve o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação, segundo Cassiolato e Lastres (2003). Ao enfatizar o caráter localizado e específico dos processos de aprendizado e de inovação, este ramo da literatura econômica se contrapõe à visão de um mundo pretensamente integrado globalmente marcado por uma dimensão “tecnoglobal”, passando a se preocupar mais com a questão espacial. Um sistema de inovação pode ser definido como um conjunto de instituições distintas que, conjuntamente e individualmente, contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Este enfoque visa entender a dinâmica de funcionamento dos agentes produtivos a partir da idéia de competitividade fundada na capacidade inovativa das empresas e instituições locais, tanto individualmente como coletivamente. Tal enfoque baseia-se em conceitos que enfatizam aspectos regionais e locais, como aprendizado, interações, competências, complementaridade, seleção, *path-dependencies*, governança, etc. O aprendizado, considerado como fonte principal da mudança, baseia a acumulação das competências das empresas (ibidem).

No entanto, Cassiolato e Lastres advertem que um eixo analítico fundamental para o entendimento dos processos de competitividade de aglomerações de Médias e Pequenas Empresas (MPEs) é uma visão específica de território, mas que ainda precisa ser adequadamente qualificada na visão evolucionista. Os processos de territorialidade assumem importância vital para a geração, aquisição e uso de conhecimento, ampliando, dessa forma, a importância dos processos de aprendizado e de capacitação.

Assim, conforme a definição proposta pela RedeSist³, os arranjos produtivos locais (APLs) consistem em aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentem vínculos mesmo que incipientes, geralmente envolvendo a participação e interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e

³ Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, coordenado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobretudo pelo prof. José Eduardo Cassiolato. Os resultados de pesquisa da RedeSist pode ser acessada pela home page: www.ie.ufrj.br/redesist.

capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Desta forma, Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

3. As noções de Espaço e Território conforme a Economia de Proximidade e a Economia Espacial e a restrição de APL's à dimensão territorial

Uma das noções que mais se alterou na Teoria Econômica com as revoluções tecnológicas nas áreas de transporte é a de *espaço*. Anteriormente, na visão da ortodoxia e na tradição da chamada economia regional e urbana, a noção de espaço era confundida com a de *distância*, isto é, o espaço era visto como um obstáculo a ser superado, formulado essencialmente enquanto custo de transporte. Isso parecia fazer todo o sentido para as teorias ortodoxas da economia (fundamentalmente neoclássicas), onde as transações econômicas seriam reguladas por um sistema de equilíbrio de preços. Pela ótica da ortodoxia neoclássica, portanto, as relações econômicas seriam percebidas quase que exclusivamente pela forma de preços e, neste sentido, a compreensão sobre o espaço teria de assumir, conseqüentemente, também a forma de preço, isto é, enquanto custo de transporte (RALLET, 2002).

Como forma de se contrapor criticamente às teorias ortodoxas de localização, a economia espacial - um novo ramo teórico da economia, que passa a vir ocupar de certa forma o papel (ou o espaço) antes reservado à tradição da antiga economia regional e urbana - passa então a interpretar o espaço a partir da noção de *proximidade*. A partir da noção de proximidade, o espaço passa a ser considerado como *recurso*, e não mais enquanto custo. Isso porque a proximidade pode oferecer um determinado tipo de recurso que é o contato direto e permanente com outros indivíduos, organizações ou instituições. Ressalta-se, por sua vez, como essa inversão acerca da compreensão de espaço encontra-se diretamente relacionadas às revoluções ocorridas nos transportes e telecomunicações - estreitamente relacionadas às novas tecnologias de informação - nas últimas décadas, as quais possibilitaram reduções consideráveis em termos de custos e tempo nas “transposições espaciais” (ibidem).

Rallet (2002) considera que os trabalhos científicos e acadêmicos que fazem referência à proximidade são de duas ordens. A primeira considera a proximidade um fator de competitividade territorial. Ou seja, enquanto característica intrínseca de um território. A segunda questiona em que medida a proximidade pode limitar ou não a coordenação dos agentes. Em outras palavras, parte-se da análise da coordenação econômica.

No caso das abordagens que enfatizam a noção de proximidade a partir do enfoque territorial ou da competitividade territorial podem-se citar, a título de exemplificação, enfoques como dos *milieux innovateurs* (ambientes inovadores) e dos distritos ou aglomerados industriais. Tais abordagens possuem uma tradição teórica bastante familiar ao entendimento mais corrente acerca dos Arranjos Produtivos Locais. Neste sentido, o território é entendido como um conceito econômico e não apenas um recorte institucional. Rallet (2002) considera que as diferentes abordagens que consideram a proximidade como fator de competitividade territorial tende a convergir sob a empreitada unificadora do enfoque cognitivo, pois tendem a acentuar como característica comum o aprendizado coletivo localizado, tal como enfatizado no caso dos APL's.

Por outro lado, Rallet avalia que no enfoque da competitividade territorial, a noção de proximidade passa a ser simplesmente considerada a partir da noção de território, ou seja, o território é considerado como o espaço da proximidade ou estando definido por ela, seja do ponto de vista econômico ou institucional. Neste sentido, *o espaço é reduzido à noção de território*. Outra característica marcante neste tipo de abordagem é por tratar a proximidade como um fator positivo de desenvolvimento. Com isso, os aspectos negativos da proximidade são muitas vezes negligenciados ou tratados como secundários. Conseqüentemente, os conflitos gerados pela proximidade ou os efeitos negativos produzidos por um possível excesso de comunicação, por exemplo, não são abordados (RALLET, 2002). Conforme nota Costa, o conceito de APL aproxima fortemente a visão de aglomeração de produtores ao conceito de território, como um espaço resultante de uma construção sócio-político, na qual podem ser encontrados projetos discordantes, mas que sinalizam a necessidade de se construir as bases de um efetivo pacto territorial em prol do desenvolvimento da localidade e da região. Desta forma, a proximidade física (ou geográfica) entre os agentes permite que

os laços de confiança e cooperação se estreitem no âmbito do Arranjo Produtivo Local (COSTA, 2010).

Já no enfoque em termos da coordenação econômica, a proximidade não necessita da noção de território. A questão da pesquisa neste caso é o da *coordenação dos agentes no espaço*. A discussão sobre coordenação econômica se apresenta hoje como um dos temas centrais da vida econômica, pois toda a atividade econômica está fundada na necessidade pragmática de coordenar as ações (interações econômicas) efetuadas pelos diferentes agentes econômicos entre si. Storper (1999) salienta como estas ações encontram-se impregnadas pela *incerteza*, já que cada um de nós enfrenta a incerteza de decidir o que se deve fazer com respeito a um grupo de circunstâncias dadas. Esta incerteza é compartilhada por outros agentes que também enfrentam a incerteza de saber com segurança o que se deve fazer. Pode-se aventar que parte dessa incerteza deriva de determinadas “imperfeições de mercado”, como o conhecimento imperfeito ou a comunicação incompleta de intenções. Tudo isto, entretanto, é uma forma de reconhecer que a atividade econômica ou mediada pelo mercado é, necessariamente, uma forma de ação coletiva fundada no paradoxo das ações individuais (STORPER, 1999). As abordagens teóricas que tem como base a economia espacial partem da crítica ao suposto neoclássico de que o “mercado” teria a plena capacidade de coordenar tais ações *per se* a partir do funcionamento de um modelo idealizado de equilíbrio de preços.

A partir do momento que se considera que a coordenação não é abstrata e nem espontaneamente resolvida por um sistema de preços de equilíbrio, toda análise realista da coordenação supõe o exame da capacidade dos agentes de se coordenarem no espaço. Trata-se de explicar o aumento da escala espacial de coordenação (a globalização), mantendo a hipótese de que as relações localizadas continuam a ser importantes em certos domínios da coordenação. A noção de proximidade é introduzida como uma categoria pertinente de explicação da distribuição espacial dos agentes e da sua evolução pelo ângulo particular de suas necessidades de coordenação. A proximidade atuaria como uma espécie de “cursor analítico” que permitiria regular a dosagem das escalas global e local na coordenação dos agentes, conforme Rallet (2002). No entanto, quando se utiliza a noção de território em estrito senso, como se analisa em geral a concepção de Arranjo Produtivo Local, tal tipo de análise sofre o sério risco de torná-la

mais obscura, pois o próprio território não seria mais do que um efeito de composição complexa dos mecanismos de coordenação.

Sobre as noções possíveis de proximidade, do ponto de vista analítico, pode-se destacar dois tipos de noções que se tornam fundamentais para as abordagens da economia espacial: a proximidade geográfica e a proximidade organizacional ou organizada. A proximidade geográfica constitui o elemento chave que respalda o ponto de vista das relações entre os agentes e trata da separação no espaço dos laços em termos de distância. Ela traduz a materialidade mais ou menos forte do espaço, pois é tratada como limitação (restrição) que age sobre o desenvolvimento das interações entre os agentes. Ou seja, a proximidade geográfica seria o equivalente à interpretação corrente que se dá ao território. Na análise, ela tem o papel de uma condição permissiva: a proximidade geográfica favoreceria, *a priori*, o desenvolvimento das interações entre os agentes, pois facilitaria as trocas de produtos e de informações e os encontros e partilhas de conhecimentos. A proximidade organizacional, por sua vez, trata da separação econômica e dos laços em termos organizacionais da produção. Em outras palavras, a proximidade organizacional resulta de uma relação social. Pode representar o pertencimento a uma mesma firma, a uma mesma rede social, originar-se da inserção dos agentes em um ambiente local (partilha de um sistema de valores) ou ainda aparecer como um efeito das políticas públicas. Em outras palavras, a proximidade organizada não precisa, necessariamente, estar ligada à noção de território, como no caso da proximidade geográfica (RALLET, 2002).

A emergência de determinados arranjos criativos pode-se analisar a partir da noção mais ampla de espaço, que é o caso específico do complexo do Ver-o-peso na cidade de Belém enquanto espaço de intensas trocas simbólicas. E a análise em termos da noção de proximidade organizacional pode ajudar a desvendar as relações de intimidade e/ou confiança entre feirantes do Ver-o-peso e produtores e pescadores ribeirinhos vindos de vários rincões das regiões de várzeas e ilhas da Amazônia a partir do conceito de “capital social ribeirinho”. É neste sentido que analisar-se-á o Ver-o-Peso enquanto potencial arranjo criativo no próximo item.

4. O caso do Complexo do Ver-o-Peso em Belém-PA enquanto um potencial arranjo criativo

A formação de cidades e espaços criativos pode ser visto sob distintas óticas espaciais, segundo Reis, tais como: 1) combate às desigualdades e violência e de atração de talentos e investimentos para revitalizar áreas degradadas; 2) promoção de *clusters* criativos, destacando-se entre os mais expressivos o distrito cultural do vinho na França, o *cluster* multimídia de Montreal, os parques criativos de Xangai e o pólo de novas mídias de Pequim; 3) transformação das cidades em pólos criativos mundiais, não raro de maneira articulada com a política do turismo e atração de trabalhadores criativos; 4) reestruturação do tecido socioeconômico urbano, baseado nas especificidades locais, como é o caso de Guaramiranga, com seu Festival de Jazz e Blues, e de Paraty, tendo por bandeira a Feira Literária Internacional de Paraty ou FLIP (REIS, 2008). Ao tratar da inovação como “criatividade nos negócios”, Deheinzelin especifica casos em que a diversidade cultural pode ser também um fator de competitividade. É o caso de determinados *clusters criativos* (ou arranjos criativos), como os bairros de Vila Madalena em São Paulo, Santa Tereza no Rio de Janeiro ou Jaraguá em Maceió, que se organizam como espaços surgidos pela intersecção entre arte e entretenimento com o diferencial da cara brasileira (DEHEINZELIN, 2010).

No entanto, há casos de arranjos criativos em que a dimensão territorial não é suficiente para explicitá-la. São situações em que as trocas simbólicas ocorrem em dimensões espaciais que extrapolam a noção de território, pois fluem em espaços que funcionam como catalisadores da diversidade cultural de determinadas regiões. É o caso do Complexo do Ver-o-Peso, na cidade de Belém, que durante séculos tem funcionado enquanto entreposto comercial, centro de abastecimento e catalisador de produtos e bens oriundos dos mais diversos rincões da Amazônia, sobretudo das comunidades ribeirinhas. Belém é considerada a metrópole da Amazônia Oriental brasileira (enquanto Manaus é considerada a “metrópole” da Amazônia Ocidental), mas também é conhecida como “metrópole das águas”, por estar situada na foz do Rio Amazonas, e estar cercada por rios e igarapés, sendo que 65% da sua configuração territorial são formadas por ilhas.

O Ver-o-Peso é considerada a maior feira livre da América Latina, mas na verdade trata-se de um complexo de abastecimento, que também envolve os mercados de carne e peixe. Caracteriza-se pelo imenso manancial de produtos que provêm de diversas regiões ribeirinhas, particularmente várzeas e ilhas do Pará e da Amazônia, tais como frutas, peixes, ervas medicinais, cosméticos artesanais, alimentos comestíveis até produtos industrializados ou feitos artesanalmente. A sua origem remonta ao período colonial e ao processo de fundação de Belém. A cidade de Belém é originária de um forte fundado em 1616 por uma expedição militar portuguesa comandada por Francisco Caldeira de Castelo Branco e ainda no contexto da chamada União Ibérica⁴. O objetivo era o de guarnecer o estratégico delta da bacia do rio Amazonas, porta de entrada para a região Amazônica, das investidas de outras nações européias. Essa localização estratégica tornou-se fundamental para Belém rapidamente se torna um importante entreposto do comércio colonial das chamadas “drogas do sertão”, que eram produtos extrativos oriundos da floresta, e que se tornou a base econômica do período colonial na Amazônia. Com o intuito de controlar esse comércio colonial, o Governo Colonial do Estado do Grão-Pará e Maranhão⁵ instalou em 1688 um posto de arrecadação fiscal, que foi denominado como “Ver-o-Peso” (segundo o historiador Ernesto Cruz), ou casa de “Haver-o-Peso” (conforme Antonio Baena), pois ali eram aferidas pelo peso as mercadorias embarcadas e os impostos recolhidos para a Câmara de Belém.

Localizado no antigo porto do Piry (transformado posteriormente na atual doca do Ver-o-Peso), com o passar do tempo, o Ver-o-Peso se tornou um dos principais pontos de abastecimento da cidade, além de se constituir um dos principais pontos turísticos de Belém (FLEURY et al, 2011). Conformou-se como um misto de mercados edificadas – constituído pelos Mercados de Carne e de Peixe - e feira livre, onde tudo se encontra – peixes, mariscos, carnes, frutas, verduras, legumes, farinhas e outros derivados da mandioca, artesanatos, plantas, artigos de mercearia, ervas e produtos medicinais, artigos religiosos, bens industrializados, refeições completas, serviços e diversão. Enfim, um perfeito mercado popular a céu aberto - ainda que as barracas dos feirantes

⁴ União dinástica entre as monarquias de Portugal e de Espanha no período de 1580 a 1640.

⁵ Com os entraves à navegação costeira, além de outros problemas políticos e econômicos, a Coroa Portuguesa definiu uma clara divisão na gestão político-administrativa do território colonial português na América: do Nordeste ao Sul, o Estado do Brasil; e ao norte, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, criado em 1621.

tenham adquirido coberturas compostas por tendas de tecido sintético, brancas e translúcidas devido à última reforma no espaço, ocorrida no final do século XX – , mesmo que assolado pelo sol forte ou pelas chuvas torrenciais que caracterizam a condição climática de Belém⁶ durante praticamente o ano inteiro.

Mas a importância do Ver-o-Peso não decorre apenas de sua função enquanto ponto de abastecimento, mas também como espaço de trocas simbólicas. Além da imensa diversidade de produtos comercializados, o Ver-o-Peso também se caracteriza pelos mais variados tipos sociais do universo amazônico que circulam pelo seu espaço, especialmente caboclos e ribeirinhos⁷. Ali se processam as mais variadas trocas de saberes, especialmente de conhecimento tácito, que são tão valorizados pelos estudos e pesquisas sobre inovações tecnológicas e sociais. E é no espaço do Ver-o-Peso, caracterizado por essa rica diversidade cultural, que se processam algumas das trocas mais férteis entre o conhecimento popular e a cultura tradicional e os setores criativos na Amazônia.

É o caso, por exemplo, da fibra vegetal “tururi”, proveniente da região do Marajó, mais precisamente do município de Muaná, que é utilizada em designers de roupas e modelos, como os produzidos pela estilista Ana Miranda, radicada em Belém. Conhecida pela sua resistência e elasticidade, esta fibra pode ser encontrada *in natura* no Ver-o-Peso, embora também seja comercializada já tratada por uma cooperativa de artesãos de Muaná. Outro exemplo muito interessante é o que envolveu a empresa Natura e as feirantes que vendem ervas (conhecidas como “erveiras”) do Ver-o-Peso. Empresa multinacional do ramo de cosméticos, faturando cerca de R\$ 3,2 bilhões por ano, a Natura comercializa uma série de produtos à base de determinadas ervas provenientes da Amazônia, como a prioprioca, cumaru e breu branco, que são comercializadas pelas “erveiras”. No entanto, alertada pela OAB, a associação das

⁶ Situada no Trópico Úmido e na área de influência da linha equatorial, Belém tem cerca de 1.425.000 habitantes, segundo estimativa para 2013 do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará).

⁷ Do processo de miscigenação dos indígenas com os colonizadores portugueses resultou a formação do “caboclo” ou “ribeirinho”, um novo tipo de “homem amazônico” resultante do processo adaptativo às atividades extrativistas, sobretudo no que tange ao aproveitamento de recursos de rios, várzeas e florestas, mesclada à herança cultural, riqueza e diversidades ambientais de civilizações anteriores à colonização portuguesa

erveiras, conhecida como “Ver-a-erva”, entrou em um imbróglio jurídico para que fossem reconhecidos os direitos pelo seu conhecimento tradicional acerca do uso das ervas. Depois de algumas reuniões, finalmente a Natura reconheceu a feira do Ver-o-Peso como provedora de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, e concordou em repassar um percentual relativo aos produtos que utilizam as ervas citadas. O interessante é que para conseguir chegar a um acordo com as “erveiras”, a empresa teve de contratar a “Rádio Margarida”, ONG de comunicação comunitária, que produziu uma peça de teatro para produzir uma linguagem que fosse apropriada para o entendimento das feirantes (OESP, 2006).

Cumpre notar que o excepcional patrimônio histórico e cultural do Ver-o-Peso já é reconhecido desde 1977, quando foi tombado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico. No entanto, trata-se tão somente do reconhecimento do valor material do patrimônio cultural do Ver-o-Peso. Ou seja, o valor intangível do Ver-o-Peso, ou o patrimônio imaterial cultural ali existente, inclusive das transações simbólicas que ali ocorrem, ainda não tiveram o mesmo reconhecimento. Esse complexo de abastecimento popular, que reúne uma imensa feira livre e dois mercados municipais, entre outros, resume e representa aspectos centrais da identidade e dos modos de vida da população local e regional: práticas alimentares, modos de fazer artesanais, conhecimentos tradicionais aplicados para fins medicinais e ritualísticos, entre outros elementos de um vasto sistema cultural amazônico (CARVALHO, 2011).

Contudo, já foram dados os primeiros passos para o devido reconhecimento das práticas culturais e de sociabilidades que são inerentes e indissociáveis dos espaços e lugares em que são engendradas no Ver-o-Peso, e para que estas possam ser chanceladas enquanto patrimônio cultural brasileiro, inclusive imaterial. Entre 2008 e 2010, a Associação Ver-as-Ervas (que representa feirantes que vendem ervas e plantas medicinais, um dos setores mais tradicionais da feira do Ver-o-Peso), em conjunto com o IPHAN, realizaram o *Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso - INRC/Ver-o-Peso*. Tendo como objetivo maior a proteção do sistema cultural que permeia o Ver-o-Peso, o inventário seguiu a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan e contou com a parceria e supervisão técnica desse instituto em todas as etapas do levantamento preliminar das referências culturais do lugar,

realizado entre 2008 e 2010. Foram realizadas pesquisas históricas, fotografias, mapeamentos de boxes e barracas, entrevistas, além de filmes, que resultou também em uma exposição e na produção do catálogo que a acompanha (Ibidem).

Por isso que um levantamento ou mapeamento das trocas simbólicas pode fornecer mais luzes sobre a dimensão cultural imaterial do Ver-o-Peso⁸. Por outro lado, o caso da Natura e das “erveiras” do Ver-o-Peso ilustra uma questão que é fundamental em casos envolvendo a utilização de conhecimentos tradicionais, que é o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais que possuem esse conhecimento tácito. Mas também expressa o gigantesco laboratório para experiências criativas que podem ser gerados a partir do imenso acervo de conhecimentos e produtos que circulam nesse espaço único de confluências, que é o complexo de feira e mercado do Ver-o-Peso. Por isso que o Ver-o-Peso pode ser analisado enquanto um potencial Arranjo Criativo, ainda que não exista nenhuma política institucionalizada nesse intuito atualmente. de reconhecê-lo como um espaço incomum de circulação de produtos e saberes amazônicos, pode ser. Além disso, os casos citados - Natura/erveiras, assim como o uso da fibra “tururi” em designers de moda - ilustram uma outra dimensão “invisível” do Ver-o-Peso: enquanto espaço de circulação de recursos de “capital social ribeirinho”, que inclui redes de produtores ribeirinhos e de outros agentes econômicos e sociais.

A noção de “capital social ribeirinho” que é utilizada neste artigo ressalta a dimensão cultural no que tange ao aproveitamento dos diferentes tipos de recursos de capital social. A concepção mais difundida de capital social é a de Robert Putnam (1996), que identifica o capital social às características das organizações sociais tais como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação em vista de um benefício mútuo. Mas não existe uma definição consensual ou unificadora sobre capital social, inclusive há várias críticas em relação à concepção de Putnam, pois esta tenderia a camuflar os conflitos sociais, segundo alguns críticos. De qualquer forma, os estudos sobre capital social são muito profícuos, tanto por sua abrangência quanto pelo caráter multidisciplinar, pois consegue reunir categorias de análises

⁸ Encontra-se em andamento um projeto de Extensão da Faculdade de Economia da UFPA (Universidade Federal do Pará) que pretende fazer um levantamento e mapeamento das iniciativas criativas existentes no Ver-o-Peso, coordenado pelo prof. Valcir Bispo Santos, e intitulado “A Economia Criativa e o Ver-o-Peso Criativo: a diversidade cultural enquanto recurso para a formação e fomento de *clusters* criativos em Belém-PA”,.

oriundas tanto da economia quanto de outras ciências sociais (sobretudo da ciência política, sociologia e antropologia), como: estoque, recursos, cumulatividade, redes sociais, confiança mútua, convivência, compromisso cívico, entre outras.

Putnam (1996) afirma que existem dois componentes de capital social: “*bonding*” (vincular), entre tipos similares de pessoas, e “*bridging*” (conectar), entre diferentes grupos ou “pessoas diferentes de nós mesmos”. Segundo Michael Storper (2003), o capital social de tipo *bonding* seria uma versão operativa de “comunidade”, enquanto o capital social de tipo *bridging* faz alusão a uma visão de “sociedade”. Storper inclusive critica a noção reducionista de “comunidade” de Putnam, pois este só considera como tal (ou que possuem capital social) os grupos que tem uma procedência cultural comum, baseado em laços históricos. Mas os grupos sociais podem existir e se constituir em muitas outras formas, como as associações profissionais que se baseiam em normas compartilhadas sobre desempenho profissional (STORPER, 2003). De qualquer forma, o capital social *bonding* (comunitário) especifica os grupos ou comunidades que partilham tradições culturais comuns, geralmente “enraizadas” ou com forte sentimento de “pertencimento” a algum território ou tradição cultural. Esse tipo de comportamento social é bem perceptível em regiões de forte tradição ribeirinha na Amazônia, onde o sentimento de “comunidade” ainda é bastante forte.

As comunidades ribeirinhas da Amazônia são oriundas de regiões de colonização mais antiga, onde a penetração (ou as “estradas de acesso”) à região amazônica eram feitas por meio de rios, destacando-se o gigantesco rio Amazonas e seus largos afluentes, como os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira, entre outros. Entre os territórios mais tradicionais (e de forte composição ribeirinha) na Amazônia Paraense destacam-se as regiões do Marajó, Baixo Amazonas e Baixo Tocantins. Nessas regiões, há varias experiências e exemplos de como operam os recursos oriundos de capital social. É o caso dos chamados “acordos de pesca” na região do Baixo Tocantins⁹, que

⁹ Conforme Gilson Costa (2003), a microrregião do Baixo Tocantins, que fica a jusante da UHE Tucuruí, seria constituída por oito municípios e se situa no nordeste do Estado do Pará, fronteira à Belém, capital do Estado. A partir da orientação de quem sobe o rio Tocantins, partindo de Belém, encontram-se os municípios de Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e a noroeste encontra-se Oeiras do Pará, ao sul da ilha do Marajó. Segundo estudo de Francisco Costa et al (2005) – que não inclui Barcarena na região do Baixo Tocantins -, as cidades-pólos dessa região são Abaetetuba e Cametá.

são modalidades de arranjos institucionais realizados por comunidades ribeirinhas na bacia do rio Tocantins e que têm como base a regulamentação do uso de recursos pesqueiros e naturais, com o propósito de se contrapor às práticas de pesca predatória. Trata-se de experiências inovadoras de arranjos institucionais que tem como base laços de confiança e reciprocidade entre as famílias ribeirinhas, praticados a partir da década de 1990 com o apoio de algumas instituições, como as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s – ligadas à Igreja Católica, e de organizações ribeirinhas, como as Colônias de Pescadores.

No caso das comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins, por exemplo, uma motivação muito forte que une as famílias ribeirinhas que praticam os “acordos de pesca” é a manutenção da tradição da cultura alimentar, que tem como fundamento o consumo de peixe associado ao açaí e à farinha de mandioca. Destaca-se como forte componente motivacional a pesca do “mapará” (*Hypophthalmus marginatus*), que é o peixe-símbolo dessa região. No entanto, a pesca do “mapará” se torna cada vez mais difícil, pois é afetada por diversos fatores, sobretudo pela crise histórica que passa a pesca artesanal na região do Baixo Tocantins, que foi fortemente impactada pela formação da barragem da UHE Tucuruí, no médio curso do rio Tocantins em meados dos anos 1980. Mas também há outros fatores, como a proliferação da pesca predatória e até alguns hábitos alimentares, como a preferência pelo consumo do “mapará” ainda pequeno (conhecido localmente como “tifiti”), ou seja, ainda em fase de reprodução (SANTOS, 2007).

Parece claro que o capital social comunitário (ou *bonding*, nos termos de Putnam) tem um papel importante no sentido de consolidar os laços de confiança intra-comunidade no caso dos acordos de pesca praticados por comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins. Mas tão importante quanto o capital social *bonding* é o capital social do tipo *bridging* (societário), que é aquele que favorece a conexão ou relacionamento com outros grupos, ou seja, permite altos níveis de tolerância e de abertura (receptíveis, portanto) a outras tradições culturais. Ou seja, o capital social *bridging* favorece especialmente a diversidade cultural. Esse tipo de comportamento é mais perceptível em grupos (ou redes) que possuem uma lógica de rede-agente de caráter procedimental ou comportamental (ou seja, persegue a adaptação ao entorno) ou que assumem uma lógica recursiva, que fomenta o estudo de entornos na perspectiva que não se pode antecipar e,

de certa forma, manipular o entorno. Este último tipo de lógica tende a gerar redes de agentes criativos, capazes de moldar o entorno devido a sua capacidade para pensar e atuar de forma estratégica e multidimensional (AMIN, 2000).

O capital social do tipo *bridging* pode ser vislumbrado, por exemplo, no debate cultural contemporâneo, cuja dinâmica seria caracterizada por uma síntese que englobaria conjuntos de significados de diversas origens, esferas de influência e temporalidades. Assim, na pós-modernidade (noção que alguns autores utilizam para caracterizar o estado atual da cultura), é bastante celebrada a “hibridização”, mesmo entre aqueles que estudam as manifestações artístico-culturais no sentido de construção de processos identitários (HARVEY, 1992). Ademais, o capital social do tipo *bridging*, justamente por receber estímulos da diversidade cultural, possui importância fundamental para estimular atividades criativas e a interação entre culturas tradicionais e culturas contemporâneas, como ocorre no espaço do Ver-o-Peso (SANTOS et al., 2010).

5. Conclusão

O objetivo deste artigo é o de demonstrar as potencialidades que as políticas territoriais possuem para estimular processos de desenvolvimento endógeno e territorial, particularmente por meio da criação e fomento de arranjos criativos ou clusters criativos. A intenção do ponto de vista teórico é ressaltar que determinados arranjos criativos possuem uma abrangência espacial maior que a dos chamados Arranjos Produtivos Locais, pois estes ainda se encontram presos a uma noção mais restrita de território, e que tal noção por vezes tende a escamotear determinados processos ou relações sociais conflituosas. Neste artigo, observou-se o caso específico do Ver-o-Peso, considerado o maior complexo de abastecimento popular da cidade de Belém, a maior metrópole da Amazônia Oriental brasileira. Para além de um mero complexo de abastecimento, o fato é que o Ver-o-Peso se caracteriza como espaço de circulação de produtos, saberes e bens culturais, sobretudo originários de regiões ribeirinhas, e não como espaço de produção dos mesmos, tal como ocorre na abordagem dos Arranjos Produtivos Locais. Por isso, prescinde da visão de território, sendo mais adequadamente caracterizado como espaço de circulação ou de fluxos, o que reflete a natureza dos processos criativos.

Ademais, o Ver-o-Peso, enquanto espaço de circulação privilegiado de saberes e bens culturais oriundos de tradições ribeirinhas e de outras comunidades tradicionais da Amazônia, se favorece da circulação de recursos de capital social ribeirinho, tanto do tipo *bonding* (comunitário) como o de natureza societária ou *bridging*. Cumpre ressaltar que o capital social *bridging* é capaz de estimular os contatos com o rico arsenal da diversidade cultural existente na Amazônia, inclusive as trocas de manifestações da tradição cultural ribeirinha com outras manifestações da cultura contemporânea, como as que ocorrem no Ver-o-Peso.

Um dos exemplos dessas trocas simbólicas entre a tradição cultural ribeirinha e ritmos contemporâneos se observa no fenômeno que irrompe no cenário musical brasileiro que é o *tecnobrega*, cujo modismo atual e projeção em caráter nacional remete, de certo modo, o processo de popularização que ocorreu com a *axé-music*, oriundo da Bahia, por exemplo. O *tecnobrega*, por si só, em suas diferentes vertentes (melody, tecno, calypso, entre outros) se caracteriza pelo hibridismo, promovendo releituras e versões de outros gêneros musicais. Dehezelein, inclusive, cita o *tecnobrega* como modelo de negócios baseado em processos informais, mas não ilícitos, e que também transformam problemas em solução. Disso resulta um vasto mercado musical, sendo que o somente o mercado do *tecnobrega* produz mais discos do que todo o resto do Brasil. A chave para isso é uso da rede de camelôs para distribuir os discos, o que dá visibilidade e renome aos músicos, resultando em mais público para os shows. Estes shows são altamente tecnológicos e, quando acaba o show o Cd gravado ao vivo já pode ser comprado (DEHEZELEIN, 2008).

Portanto, há enormes potencialidades para o desenvolvimento territorial e endógeno de regiões sub-desenvolvidas, sobretudo aquelas dotadas de enorme acúmulo de diversidade cultural, por meio do fomento de arranjos criativos, como é o caso do complexo do Ver-o-Peso na cidade de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental brasileira.

6. Referências

AMIN, Ash. Una perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 47-68, ago./dez. 2000.

BRASIL, Governo Federal. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

CARVALHO, Luciana. *Ver-o-Peso*. Belém: IPHAN, 2011. Disponível em: http://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2013/12/catc3a1logo-1_impressc3a3o.pdf

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Maria Helena M. O foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas. IN: LASTRES, M. H. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L (orgs). *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ – Instituto de Economia, 2003.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson (org) *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia: estudo sobre a região das ilhas em Cametá, Pará-Brasil*. 2003. 307 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento -, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

COSTA, Francisco de Assis; INHETVIN, Tomas. *A Agropecuária na Economia de Várzea do Rio Solimões/Amazonas: diagnóstico e perspectivas*. Brasília : Pró-Várzea/IBAMA, 2005.

COSTA, Eduardo J. Monteiro da. *Arranjos Produtivos Locais, políticas públicas e desenvolvimento regional*. Brasília: Mais Gráfica, 2010.

DEHEINZELIN, Lala. *Políticas Culturais, Economia Criativa e Desenvolvimento*. Buenos Aires: Estados Ibero-americanos / Agência Espanhola de Cooperação Internacional: Seminário de Industrias Culturales. Abril, 2006. Disponível em: <http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2006-Pol%C3%ADticas-Culturais-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento.pdf>

DEHEINZELIN, Lala. *Economia Criativa e Desenvolvimento Territorial: Políticas de Apoio e Experiências*. IN: Seminário sobre Gestão Cultural e Experiências de Cooperação Internacional, Cuenca (Espanha), Outubro de 2008. Disponível em: <http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2008-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento-Territorial-desafios-e-oportunidades-Lala-Deheinzelin1.pdf>

FLEURY, Jorge Nassar ; FERREIRA, Aline Alves. Ver-o-Peso da cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos* . vol. VI, nº 1 (2011), pp. 100-116. Disponível em: [↑http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/1%20-%20VI%20-%205%20-%202011%20-%20Jorge_Aline.pdf](http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/1%20-%20VI%20-%205%20-%202011%20-%20Jorge_Aline.pdf). Página visitada em 20 de dezembro de 2012.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEITÃO, Wilma Marques; RODRIGUES, Carmem Izabel. O Mercado do Ver-o-Peso – Belém. In: *XI Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, 2011, Salvador. CONLAB. Salvador: UFBA, 2011. p. 1-15. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308321230_ARQUIVO_LusoafroOMercadodover-o-Peso-Belem1.pdf

MEDEIROS, Jorge França da Silva. *As feiras livres em Belém (Pa)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de Capital Social e a importância da formação de Redes entre organismos e instituições locais. In: *Revista Economia*, Brasília, n. 1, p. 1-21, jan/abr 2008.

OESP. Natura fecha acordo com 'erveiras'. *Economia*, 20/10/2006. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=42860> . Página visitada em 17/12/2012.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo : Itaú Cultural, 2008. 267 p.

SANTOS, Valcir Bispo. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2007, São Paulo. *Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política*, 2007. São Paulo: SEP, 2007. 1CD-ROM.

SANTOS, Valcir B.; MAIRATA, Hélio S. Microcrédito e Rede de Firms em um Contexto de Combate à Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Territorial: a análise do caso da Região Metropolitana de Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luis (MA). *Anais ...* São Luis: SEP, 2010. 1CD-ROM.

STORPER, Michael. Las Economías Regionales como Activos Relacionales. *Cadernos IPPUR/UFRRJ*: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 29-68, ago./dez., 1999.

STORPER, Michael. Sociedade, Comunidade y Desarrollo Económico. In: *Cadernos IPPUR/UFRRJ*: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 07-44, ago. / dez., 2003.

VALIATI, Leandro (org.). *Indústria criativa no Rio Grande do Sul : síntese teórica e evidências empíricas*. 2. ed. Porto Alegre : FEE, 2013.